

Calar sobre os efeitos dessas conquistas é traição

Comentando os dias festivos da elaboração da nova Constituição brasileira, em que a máxima do presidente Sarney "é dando que se recebe" foi elevada à condição de preceito fundamental, só que desta vez, envolvendo populações inteiras (das quais os políticos esperam receber votos em troca do que lhes "deram"), o senador Roberto Campos disse o seguinte, em artigo para O Estado de S. Paulo: "Se a ciência é simplesmente a previsão das conseqüências (Hobbes), a Assembléia Nacional Constituinte é a catedral da anti-ciência. Não se ouvem ali as duas perguntas que pareceriam fundamentais: Quais são as conseqüências? Quem pagará a conta? São consideradas questões pedestres e provavelmente antidemocráticas, pois não é democrático obrigar ao raciocínio aqueles que não querem pensar..."

Apesar do risco de parecermos autoritários, gostaríamos de descrever algumas situações e mostrar alguns fatos aos senhores constituintes.

Vamos começar pela descrição, a mais sucinta possível, do cenário político e econômico do Brasil no momento. Sabemos que para a maioria de nossos leitores esse passo é absolutamente desnecessário. Mas para os habitantes do Planalto Central, para os que desenvolvem suas atividades na asséptica e isolada Brasília, isso não só é necessário como vital. Aqui na planície, no País real, onde as pessoas não têm mordomias e vantagens sem conta, a inflação gerada pela falência do Estado vai corroendo os salários e os ganhos auferidos em atividades produtivas no comércio, na indústria e na agricultura na proporção de 20% ao mês, com tendências para aumentar. O desemprego, vai bem obrigado, crescendo aos pouquinhos desde janeiro. Já as atividades industriais, pelo contrário, estão caindo. O povo, coitado, cada vez aperta mais o cinto para poder chegar ao fim do mês comprando o mínimo necessário para continuar sobrevivendo. As empresas estão nos limites de suas forças, garroteadas de um lado pela redução do consumo e de outro pela avidez com que o setor estatal vem sugar os seus recursos quer por meio de inflação, quer por meio de impostos e tarifas, quer por meio do encarecimento do custo do dinheiro.

Procuremos agora explicar para os senhores constituintes por que chegamos a uma situação tão dramática. É uma explicação que vale para a maioria dos nossos homens públicos, com raríssimas exceções, já que nesse mundo (o de Brasília), quem não é estatizante é fisiológico, o que vem a dar na mesma no que tange aos efeitos provocados no País real. Todas as sociedades democráticas e economias prósperas do mundo estão assentadas no sistema da livre iniciativa. Quanto menos o Estado aparece, quanto menos o governo interfere na vida política, social e econômica, maior o grau de democracia e desenvolvimento que a Nação alcança. Não se trata de uma afirmação mas sim de constatação.

No Brasil, por questões culturais (e também por uma mania muito nossa de copiar a moda errada, e com atraso) essa equação foi invertida. Desde os tempos da colônia e do império que entre nós mora o mito de que o Estado é a única fonte de riqueza e felicidade. Enquanto o setor privado — trabalhadores e empresários — teve forças para sustentar esse Estado, o País, bem ou mal, conseguiu se desenvolver até chegar à posição de oitava economia do mundo. Evidente que com graves distorções no campo social. Só que estas foram geradas pela necessidade de suprir a voracidade estatal. Agora, porém, chegamos a um ponto em que o crescimento da máquina pública alcançou tal dimensão, que a sociedade, por mais que se mate de trabalhar, não tem mais condições de gerar recursos para sustentá-la. O Estado, então, no desespero, endivida-se, emite papel moeda, atrasa o pagamento de seus compromissos, gerando esse monstro que os economistas chamam de estagflação — inflação alta com recessão — no limiar da qual já nos encontramos. O Estado brasileiro está doente e já começa a infectar perigosamente o setor sadio da Nação.

Seria possível extirpar esse câncer se a conjugação perversa de interesses ideológicos com posturas puramente político-eleitorais, que grassa na vida política nacional, não determinasse o comportamento de nossos homens públicos. Durante muito tempo não se pôde combater o déficit público porque o PMDB ideológico não deixava. Agora, os ministros da Fazenda e do Planejamento estão de mãos atadas porque o presidente Sarney ainda tem uma eleição presidencial para disputar, quando o tempo de duração de seu mandato for votado nas Disposições Transitórias da Constituição, e não pode correr o risco de desagradar seus amigos ou seus inimigos.

Assim, parece que teremos de passar por toda a guerra que a verdadeira classe dominante (os apaniguados do Estado) promete desencadear contra os planos de austeridade do governo (e, portanto, contra a Nação) apenas para que possam ser tomadas algumas medidas paliativas que adiem um desastre que é iminente (a hiperinflação), e apenas para manter a economia nacional sobrevivendo no limiar da miséria em que já se encontra hoje. As modestas medidas em estudo pelos ministros econômicos visam apenas impedir que a inflação cresça mais, mas não fazer com que ela diminua significativamente.

Pois bem. É esse o quadro que os senhores constituintes — por ignorarem aquelas duas perguntas básicas citadas pelo senador Roberto Campos — irão contribuir para agravar se prevalecerem uma série de medidas que foram aprovadas até agora no primeiro turno de votação da nova Constituição. Podemos pegar como exemplo os diversos pontos que estão sendo apresentados como conquistas sociais "dos trabalhadores" tais como redução da jornada de trabalho, licença-gestante de 120 dias, licença-paternidade, turno de revezamento de seis horas, salários-férias, hora extra com adicional de 50% etc. Em primeiro lugar, isso poderia ser chamado, no máximo, de "conquistas sociais para os trabalhadores", pois não nasceram do desejável confronto democrático entre o capital e o trabalho, onde cada lado apresenta suas propostas, faz seus cálculos e fecha a negociação, dentro do economicamente possível, mas foram outorgadas a eles por políticos profissionais que nunca foram trabalhadores nem empresários e nunca quiseram pensar nas conseqüências que teriam os seus "presentes" nem para uns nem para os outros.

Mas não é difícil prever isso. Basta pensar um pouquinho. Segundo cálculos da Confederação Nacional da Indústria, consultadas 150 empresas, essas medidas irão gerar um impacto imediato de 28,49% sobre as folhas de pagamento e um outro, imediato, de 10,99%. Dois professores da USP também fizeram esse estudo para a Fiesp e chegaram a um número ainda mais brutal: o aumento nas folhas será de 59%. Agora, perguntamos: qual empresa tem condições de suportar, sem tomar nenhuma providência, um aumento de custos de tais proporções? A resposta também é óbvia: nenhuma.

Para sobreviver, o setor privado — e também o estatal, ainda que tenha o poder de fabricar dinheiro (mas não riquezas) — será obrigado a repassar esse aumento para os preços dos seus produtos (gerando mais inflação e jogando por terra o pouco que puder ser conseguido pelas tímidas medidas antiinflacionárias que o governo se prepara para aplicar no setor estatal) ou demitir empregados (engrossando as listas de desempregados). Ou então fazer as duas coisas ao mesmo tempo, o que é muito pior.

Sabemos que o ar plácido de Brasília costuma embotar a mente dos políticos e governantes, transformando-os em homens que não gostam de pensar como lembrou o senador Roberto Campos. Por isso apelamos para a consciência dos trabalhadores de um modo geral e, em especial, para a dos líderes sindicais brasileiros que, sem exceções, já mostraram que estão cientes do fato de que serão os próprios trabalhadores que pagarão o preço dessas "conquistas" outorgadas. Deixar de alertar os políticos para este fato no segundo turno de votações das emendas constitucionais e até de pressioná-los para que enquadrem estas "conquistas" às reais possibilidades da nossa economia constituirá, no mínimo, crime de traição contra a classe cujos interesses esses sindicalistas juram defender.

886 MAR 28 1988 JORNAL DA TARDE